

# Humanismo e modelo econômico

Élio Gasda<sup>1</sup>

## Resumo

O texto tem por objetivo principal oferecer uma breve reflexão sobre os bens comuns como paradigma para pensar modelos de economia mais humanistas. A proposta compreende três abordagens: descrição crítica dos elementos desumanizadores do modelo de economia; aproximação sobre a finalidade da economia; bens comuns como paradigma para pensar modelos de economia mais humanos.

**Palavras-chave:** economia, capitalismo, humanismo, bem comum

## 1 Um modelo econômico não-humano

As origens da catástrofe residem no empenho utópico do liberalismo econômico em erguer um sistema de mercado autorregulado, uma instituição que não poderia existir sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade (Karl Polanyi).

No empenho utópico do capitalismo liberal, o capital tornou-se a mais poderosa estrutura de controle ao qual tudo deve se ajustar para não perecer. A autonomia e a liberdade do indivíduo e da sociedade foram usurpadas pelo fascínio do dinheiro. Por isso, essa economia mata (EG, n. 53). O problema não está no *capital* em si, mas na forma que assumiu no atual modelo econômico<sup>2</sup>.

Os mercados existem desde o final da Idade da Pedra, mas seu papel era secundário. Os mercados eram um acessório de um marco institucional controlado pela autoridade política e religiosa. A modernidade inaugurou um modelo econômico comandado, regulado e orientado unicamente pelos mercados. Também as relações sociais estão inseridas no mercado. A passagem de um rendimento *per capita* de subsistência a um rendimento *per capita* em permanente acumulação, o progresso científico-tecnológico, a organização racional do trabalho e a explosão demográfica representam rupturas com o modelo anterior. Tal ruptura, sintetizada com a expressão *revolução industrial*, produziu a *grande transformação*<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Doutor em Teologia (Pontifícia Comillas (Madrid)). Pós-doutor em Filosofia Política (Universidade Católica Portuguesa). Professor de Teologia na FAJE (Belo Horizonte), pesquisador da área de Ética Teológica e ética social. Membro dos Grupos de Investigação: Pensamiento Social de la Iglesia (ODUCAL); Trabajo Teología, Ética e Política (CLACSO); Diversidade afetivo-sexuais e Teologia (FAJE). Livros recentes: Economia e bem comum (2016); Cristianismo y Economía: repensar el trabajo más allá del capitalismo (2017); Doutrina social: Economia, Trabalho e Política (Coleção Teologia do Papa Francisco, 2018). E-mail: [gasdasi@hotmail.com](mailto:gasdasi@hotmail.com)

<sup>2</sup> GASDA, E. Essa economia mata (EG, 53). Crítica teológica do capitalismo inviável: *Perspectiva Teológica*, vol. 49, n. 3, 2017, pg. 573-578.

<sup>3</sup> POLANYI, K. *A Grande Transformação - as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980 (2ª ed. 2000).

Celso Furtado<sup>4</sup> observa que o conceito moderno de economia se constituiu em dois momentos históricos. No primeiro, a racionalidade se revela pelo objetivo econômico definido com clareza (lucro) e pela adoção da acumulação de capital como meio de atingi-lo. É o momento da revolução comercial. O excedente originado do aumento da produtividade agrícola foi inicialmente investido em catedrais, palácios, e no comércio de bens de luxo, deu origem à revolução comercial e aos burgos na Itália, Alemanha, Espanha e Países Baixos. No segundo momento, com a revolução industrial, a racionalidade se expressa na busca do lucro além de acumular capital.

Há uma racionalidade econômica que orienta a formação da riqueza e o seu incremento em termos de *eficácia e eficiência*. A *eficácia* é a adequação dos meios aos fins. A *eficiência* visa alcançar os fins utilizando a menor quantidade de meios possível. O modelo fundamenta-se nas liberdades individuais e no direito inalienável à propriedade privada. Sua ideia central é a concorrência. O único papel econômico do Estado (além de preservar a lei e a ordem) é de intervir na economia quando o mercado não existe ou quando deixa de funcionar em condições satisfatórias.

A exploração do trabalho é o pilar de sustentação do modelo. O valor de um produto depende da quantidade de trabalho incorporado na sua fabricação medido pelo tempo empregado. Objetivo do trabalho é produção e acúmulo de capital. Todo o processo de trabalho é controlado pelo capital. A aparição da máquina em substituição do trabalho manual provocou o nascimento deste novo período. O comércio debilitou a força dos grêmios, dividindo-os em fabricantes, fornecedores e assalariados. Surge o *grande industrial* e a solidificação da economia centralizada na fábrica. Ocorre a *proletarização* dos camponeses e artesãos. A instalação de grandes complexos industriais estava destinada a abastecer uma sociedade que se configurava como *sociedade industrial de mercado*. Um modelo econômico que funciona baseado, por um lado, na lógica da acumulação ilimitada, e por outro lado, na miséria do operário necessitado de vender seu trabalho. O trabalho reduzido à sua dimensão econômica foi convertido em mercadoria.

Tudo deve ser encontrado no mercado. Cada mercadoria tem seu preço. Também o trabalho, a terra e a moeda, devem estar disponíveis como qualquer outra mercadoria. A economia contemporânea funda-se em três poderes: primado

---

<sup>4</sup> FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

do capital financeiro, papel hegemônico das empresas privadas, poder do mercado. O valor de cada coisa material e imaterial, natural e artificial, é mensurado em função de sua contribuição à criação de riqueza para o capital financeiro. Um “recurso humano”, uma floresta, um gene, um algoritmo que não contribui criando valor para o capital não vale nada. Para que uma economia configurada desta forma funcione, ela exige a subordinação da política. Portanto, ela será sempre uma *economia política de mercado*. O que são mercados? Mercados são interesses agregados do complexo financeiro-empresarial que exercem o poder de fato sobre governos e instituições.

Ao expandir-se para outros setores da vida social, o modelo intensificou o processo iniciado na modernidade. A maximização da riqueza torna-se a medida da economia e da sociedade. O modelo alcançou a fase de globalização financeira com a ruptura do sistema de Bretton Woods em 1973. Desde então, as teses neoliberais avançam sem encontrar resistência. O modelo econômico contemporâneo, de matriz neoliberal, se traduz em um processo de liberalização e desregulamentação dos mercados, desenvolvimento tecnológico acelerado e protagonismo do sistema financeiro, ou financeirização. Todos os mercados estão regulados pelo setor financeiro<sup>5</sup>.

As sociedades do século XXI estão sufocadas por uma economia completamente mercantilizada e financeirizada. O sistema financeiro, que nasceu como um instrumento de apoio para a produção de bens e serviços se converteu em um fim que impõe sua lei sobre toda a economia. Capital financeirizado não é investimento em produção. O oligopólio bancário age como uma quadrilha organizada<sup>6</sup>. Captura governos, compra agências de classificação de riscos, financia pesquisas acadêmicas, manipula a sociedade e as instituições públicas.

Desigualdade de riqueza e de renda é uma característica essencial deste modelo de economia. Apenas oito homens possuem a mesma riqueza que os 3,6 bilhões de pessoas que compõem a metade mais pobre da humanidade. Uma em cada nove pessoas sobrevive com menos de U\$ 2 por dia. A fortuna dos bilionários do mundo aumentou 12% em 2018 (US\$ 900 bilhões), ou US\$ 2,5 bilhões por dia, enquanto a metade mais pobre do planeta (3,8 bilhões de pessoas) viu sua riqueza

---

<sup>5</sup> CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ; DICASTÉRIO PARA O SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL. *Oeconomicae et pecuniariae quaestiones*: considerações para um discernimento ético sobre alguns aspectos do atual sistema econômico-financeiro, 2018.

<sup>6</sup> MORIN, F. *L'hydre mondiale: L'oligopole bancaire*. Quebec: Lux Editeur, 2015.

reduzida em 11%<sup>7</sup>. As empresas perseguem um único objetivo: maximizar os retornos para seus acionistas. No Brasil<sup>8</sup>, entre 2017 e 2018, houve aumento da proporção da população em condição de pobreza, do nível de desigualdade de renda do trabalho e dos índices de mortalidade infantil. O Brasil tinha 42 bilionários em 2018, com riqueza total de US\$ 176,4 bilhões. Seis homens (Jorge Paulo Lemann - AB Inbev, Joseph Safra -Banco Safra, Marcel Hermmann Telles AB Inbev, Carlos Alberto Sicupira AB Inbev, Eduardo Saverin - Facebook e Ermirio Pereira de Moraes -Grupo Votorantim) possuem juntos a mesma riqueza que outros 100 milhões de brasileiros.

## **2 Economia existe para a pessoa ou a pessoa para a economia?**

O fim último da economia não está na economia, mas na sua finalidade. A palavra *economia* é de origem grega: *oikos* + *nomos*, significa arte de reger, legislar, administrar a casa (oikonomía) para garantir a sobrevivência material (Aristóteles. *Política* – Livro I). Articulada à filosofia prática (*práxis*) junto com a ética e a política. Todas elas constituem o âmbito da *práxis* do saber. Toda comunidade está constituída em vista de algum bem (*Koinonía*). Economia é o estudo do abastecimento material do *oikos* ou da *polis*, isto é, da casa familiar ou da cidade. Tem uma dimensão natural (oicológico) e vital (bioethos).

A economia não é uma estrutura independente da realidade humana. É inseparável da natureza (*physis*), da razão (*lógos*) do bem (*eudaimonia*) da pólis. A produção e a distribuição dos bens materiais visam a família e o bem comum. As escolhas, tanto na ordem dos fins quanto na ordem dos meios supõe a ética. Que fins devem orientar a atividade econômica? Quais os meios para alcançar os fins (técnica)? Tais meios são éticos, aceitáveis, racionais?

Papa Francisco tem sido um dos críticos mais ferrenhos deste modelo de economia, vejamos: “Os recursos da terra estão sendo depredados também por causa de formas imediatistas de entender a economia e a atividade comercial e produtiva” (LS, 32). Em *Evangelii gaudium*:

Assim como o mandamento «não matar» põe um limite claro para assegurar o valor da vida humana, assim também hoje devemos dizer «não a uma economia da exclusão e da desigualdade social». Esta economia mata. Não é possível que a morte por congelamento de um idoso sem abrigo não seja notícia, enquanto o é a descida de dois pontos na Bolsa. Isto é exclusão. Não se pode tolerar mais o facto de se lançar comida

---

<sup>7</sup> OXFAM. <https://www.oxfam.org.br/bem-publico-ou-riqueza-privada> relatório 2019.

<sup>8</sup>OXFAM. [https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio\\_desigualdade\\_2018\\_pais\\_estagnado\\_digital.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf).

no lixo, quando há pessoas que passam fome. Isto é desigualdade social. Hoje, tudo entra no jogo da competitividade e da lei do mais forte, onde o poderoso engole o mais fraco (EG, 53).

A sociedade não reage porque está anestesiada pela cultura do bem-estar (EG, 54). Adotamos um estilo de vida no qual os valores de mercado invadem todo nosso cotidiano. O dinheiro vale mais do que outros bens e práticas sociais. O que o dinheiro ainda não compra? As coisas materiais exercem um poder misterioso, estranho, um fetiche sobre as pessoas. “Por detrás desta atitude, escondem-se a rejeição da ética e a recusa de Deus” (EG, 54). Ou, como diria São João Crisóstomo, os idólatras se fazem de surdos em muitas coisas; mas cedem em tudo que a avareza ordena.

O consumismo reprime a solidariedade e neutraliza a consciência da responsabilidade pelo bem comum. Os bens materiais estão cercados com uma aura religiosa. O marketing capitaliza o desejo. Soma-se a isso o paradigma tecnocrático que exerce o seu domínio sobre a economia e a política (LS, 109). A economia assume todo o desenvolvimento tecnológico em função do lucro, sem prestar atenção a eventuais consequências negativas para o ser humano.

No II Encontro dos movimentos populares<sup>9</sup>, o pontífice foi enfático:

Os problemas sociais têm uma matriz global. Há um elo invisível que une todas as exclusões. Este sistema impôs a lógica do lucro a todo o custo, sem pensar na exclusão nem na destruição da natureza. Queremos uma mudança de estruturas. Este sistema é insuportável: não o suportam os povos. Nem sequer o suporta a irmã Mãe Terra.

Qual a primeira tarefa? Pôr a economia ao serviço dos povos, completou. A economia não deveria ser um mecanismo de acumulação, mas administração da casa comum. Isto implica cuidar da casa e distribuir adequadamente os bens entre todos. Uma economia verdadeiramente comunitária – uma economia de inspiração cristã – deve garantir aos povos dignidade, prosperidade e civilização em seus múltiplos aspectos. A justa distribuição dos frutos da terra e do trabalho humano não é filantropia. É dever moral. Para os cristãos, o encargo é ainda mais forte: é mandamento. Devolver aos pobres o que lhes pertence.

### **3 Bens comuns: por uma economia humana**

O mercado, por si só, não pode atender à todas as necessidades humanas. Ser verdadeiramente radical é tornar a esperança possível em vez de tornar o desespero convincente. Não é possível recuar, não há conforto em antigas certezas. O mundo deve ser repensado a partir de princípios humanistas.

No humanismo que emerge dos fundamentos da fé cristã está a convicção de que toda pessoa é uma imagem e semelhança de Deus e, portanto, dotada de uma

---

<sup>9</sup>FRANCISCO, Papa. II Encontro Mundial dos Movimentos Populares. [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/july/documents/papa-francesco\\_20150709\\_bolivia-movimenti-popolari.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/july/documents/papa-francesco_20150709_bolivia-movimenti-popolari.html) (Acesso em 15/08/2018).

dignidade e valor irredutível. A melhor ordem econômica é aquela que busca preservar essa dignidade fundada na Trindade Santa. “O princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais é a pessoa humana, a qual, por sua mesma natureza, tem absoluta necessidade da vida social” (GS, 25)<sup>10</sup>.

Ora, se a pessoa humana é a protagonista, o centro e o fim de toda a vida econômico-social (GS, 63), o “o objetivo primeiro da economia não pode ser o mero aumento dos produtos, nem o lucro ou a busca do poder, mas o serviço do homem; do homem integral, isto é, tendo em conta a ordem das suas necessidades materiais e as exigências da sua vida intelectual, moral, espiritual e religiosa; de qualquer homem ou grupo de homens, de qualquer raça ou região do mundo” (GS, 64).

Colocar a economia a serviço do humanismo integral é ter como meta o *bem comum*. Somos seres relacionais que não temos apenas objetivos individuais. Pessoa alguma se realiza plenamente prescindindo dos outros.

A natureza social dos seres humanos, refletindo a comunidade da Trindade, aponta para o princípio do bem comum: conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição (GS, 16).

Nenhum grupo social, indivíduo, empresa, sociedade civil ou Estado pode desentender-se deste bem comum. O bem comum de uma nação é inseparável do bem comum universal. O clima, o ar, a água, por exemplo, são bens comuns universais, “um bem de todos e para todos”<sup>11</sup> (LS, 23).

O *bem comum* inspira prática em vista da humanização da economia:

*Satisfazer as necessidades do mundo com bens que sejam verdadeiramente bons e sirvam verdadeiramente*, com espírito de solidariedade, atender às necessidades dos pobres e vulneráveis. Como distinguir as necessidades desejos transitórios em uma sociedade de consumo e do *descartável*: “É insustentável o comportamento daqueles que consomem e destroem cada vez mais, enquanto outros ainda não podem viver de acordo com a sua dignidade humana” (LS, 193). A *Transitoriedade* torna coisas, valores e pessoas obsoletas.

*Estabelecer prioridades*: As necessidades dos pobres devem ter prioridade sobre os desejos dos ricos; os direitos dos trabalhadores sobre o incremento dos

---

<sup>10</sup> CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Pastoral Gaudium et spes*. Sobre a Igreja no mundo contemporâneo. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1965. Em diante: GS.

<sup>11</sup> FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2013. Em diante: LS.

lucros; a proteção dos bens sociais (educação, saúde, segurança alimentar) sobre uma produção com objetivos militares.

*Hierarquia de necessidades materiais: elementares/primárias e supérfluas.* As primeiras são direitos humanos: existência, integridade física, digno padrão de vida no que se refere à alimentação, ao vestuário, à moradia, ao repouso, à assistência médica e aos serviços sociais. “Neste sentido, animo os peritos financeiros e os governantes dos vários países a considerarem as palavras de um sábio da antiguidade: «Não fazer os pobres participar dos seus próprios bens é roubá-los e tirar-lhes a vida. Não são nossos, mas deles, os bens que usurpamos»” (EG, 55).

Os bens comuns existem para ser partilhados. Os bens, ainda que legitimamente possuídos, mantêm sempre uma destinação universal: é imoral toda a forma de acumulação indébita, porque está em aberto contraste com a destinação universal consignada por Deus Criador a todos os bens.

A riqueza, explica São Basílio, é como a água que flui mais pura da fonte na medida em que dela se haure com mais frequência, mas que apodrece se a fonte permanece inutilizada<sup>12</sup>. Todos têm o direito de participar da vida econômica e o dever de contribuir, segundo as próprias capacidades, do progresso do próprio país e de toda a família humana (GS, 65). Se, em certa medida, todos são responsáveis por todos, cada qual tem o dever de esforçar-se pelo desenvolvimento econômico de todos. É dever de solidariedade, de justiça e humanidade. O humanismo autêntico requer que se removam as principais fontes de privação da dignidade: pobreza, carência de oportunidades econômicas, negligência dos serviços públicos, intolerância ou interferência de Estados repressivos. Atender as reivindicações mínimas para que as pessoas possam existir dignamente.

#### **4 Que apareçam novos modelos**

A crítica do modelo econômico atual levanta a questão das alternativas. Trata-se de superar um modelo que desumaniza e leva à destruição do planeta:

“... precisamos converter o modelo de desenvolvimento global, e isto implica refletir sobre o sentido da economia e dos seus objetivos, para corrigir as suas disfunções. Não é suficiente conciliar, a meio termo, o cuidado da natureza com o ganho financeiro, ou a preservação do meio ambiente com o progresso. Os meios-termos são apenas adiamento do colapso. Trata-se de redefinir o progresso” (LS, 194).

Na economia, o processo de humanização exige, necessariamente, o acesso aos bens vitais. Os assim chamados bens comuns são riquezas que são de todos. O

---

<sup>12</sup> Cf. BASÍLIO MAGNO. *Homilia in illud Lucae*, Destruam horrea mea, 5: PG 31, 271.

comum deve ser compreendido como a recuperação de um princípio humanista da economia<sup>13</sup>.

O bem comum é o conjunto dos princípios, das normas, instituições e dos meios de uma sociedade para permitir que todos os seus membros vivam dignamente<sup>14</sup>. Centrais à realização do Bem Comum são os “bens comuns”, isto é, aqueles bens e serviços que são essenciais à vida e ao viver juntos, como o ar, a água, o solo, a saúde, o conhecimento, a segurança, a informação, o trabalho, a história. Os bens comuns fazem parte do campo dos direitos humanos e sociais, individuais, coletivos e universais. Bens comuns são entendidos não somente como bens da natureza, mas como construções sociais. Sua dimensão econômica se completa com outras dimensões sociais, políticas, culturais. Sempre dentro de uma economia dos comuns. Os bens comuns podem ser controlados de maneira eficiente quando um coletivo assegura sua administração e manutenção<sup>15</sup>.

Os bens comuns são o principal instrumento do ser e do viver juntos. A economia atual, além de predatória, é a negação do viver juntos. Um bem comum é um recurso sobre o qual uma comunidade tem direitos iguais e compartilhados. A princípio, esta noção poderia incluir a terra, água, minerais, conhecimento, pesquisa científica e software. Investir na conservação e uso sustentável dos recursos naturais por meio da garantia o direito à terra e ao território, a partir da reforma agrária, da soberania alimentar e da agroecologia, da democratização do acesso e uso do solo rural e urbano e dos recursos naturais. Supõe proteger os conhecimentos e as tradições das comunidades. Construir uma economia dos comuns é defender conquistas humanistas, em resumo, um novo modelo de economia no qual se conjuguem o ser humano e a vida no planeta.

Os comuns desestabilizam o cerne de uma das instituições centrais do neoliberalismo, atacando a ideologia da propriedade privada e da prosperidade financeira como única via de realização humana<sup>16</sup>. Um bem comum não é apenas um recurso (terra, árvores ou software) mas também é a comunidade de pessoas que o gerencia. A economia do bem comum baseia-se nos mesmos valores que

---

<sup>13</sup> Cf. LAVAL, C., DARDOT, P. *Comum. Ensaio sobre a revolução do século XXI*. Barcelona: Gedisa, 2014.

<sup>14</sup> GASDA, E. *Economia e bem comum*. O Cristianismo e uma ética da empresa no Capitalismo. São Paulo: Paulus, 2016.

<sup>15</sup> OSTROM, E. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Reissue, 2015.

<sup>16</sup> Cf. CORIAT, B. (org.). *Le Retour des communs. La crise de l'idéologie propriétaire*. Paris: Les Liens qui Libèrent, 2015.

fazem prosperar as relações humanas: confiança, cooperação, respeito, solidariedade. Conseguir bons relacionamentos é a maior fonte de realização das pessoas. Os objetivos econômicos sofrem uma mudança substituindo as regras do jogo, da sede por lucro e concorrência, para os valores humanos supracitados. O êxito econômico deixa de ser medido por indicadores monetários como o benefício financeiro ou o PIB. Quanto mais social, ecológica, democrática e solidária é a atividade, melhores serão os resultados do balanço do bem comum alcançados.

Em outras palavras, se trata de transferência de "valores humanos" para a economia. A dignidade é o maior valor a ter em conta nesta transferência. Parafraseando a Immanuel Kant, nunca devemos instrumentalizar o outro como um meio para os nossos próprios fins. O dinheiro e o capital são considerados como meios de atividade econômica, como um objetivo para o bem comum, não como um fim em si mesmo. O desejo de ganhar deixa de ser a motivação intrínseca.

O trabalho é muito superior a todo e qualquer fator econômico. As fontes da dignidade do trabalho devem ser buscadas no ser humano. O trabalho deve ser redefinido como uma função social, como um processo de concepção e de criação, acima de tudo, da riqueza coletiva, dos bens comuns, da segurança e melhoria do viver juntos.

E o Estado? Os comuns precisam do Estado para se desenvolver? É o Estado que cria as condições necessárias para a existência dos produtores de bens comuns<sup>17</sup>. Trata-se, portanto, de reafirmar o papel do Estado como tutor de um quadro jurídico apropriado para o favorecimento dos comuns e suas estruturas. A tarefa fundamental do Estado em âmbito econômico é o de definir um quadro jurídico apto a regular as relações econômicas. O Estado pode apoiar os cidadãos e as empresas na promoção do bem comum cuidando de atuar com uma política econômica que favoreça a participação de todos os seus cidadãos nas atividades produtivas.

### **Conclusão**

A humanização será sempre uma meta, muito mais do que um ponto de partida. O enriquecimento material ilimitado não pode ser a única necessidade. O pluralismo é necessário na economia, não somente na política e na cultura. Em uma economia pluralista cabem distintos projetos, princípios de organização e modelos. É

---

<sup>17</sup> Cf. TIROLE, J. *Économie du bien commun*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 2016.

razoável pensar que, nas condições atuais, é possível concretizar um modelo de economia mais humanista e menos materialista? *Nova semper quaerere* (santo Ambrósio).

### Referências bibliográficas

BASÍLIO MAGNO. *Homilia in illud Lucae*, Destruam horrea mea, 5: PG 31, 271.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Pastoral Gaudium et spes*. Sobre a Igreja no mundo contemporâneo. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1965.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ; DISCATÉRIO PARA O SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL. *Economicae et pecuniariae quaestiones*: considerações para um discernimento ético sobre alguns aspectos do atual sistema econômico-financeiro. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2018

CORIAT, B. (org.). *Le reptou des communs*. La crise de l'idéologie propriétaire. Paris: Les Liens qui Libèrent, 2015

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2013.

FRANCISCO, Papa. II Encontro Mundial dos Movimentos Populares. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/july/documents/papa-francesco\\_20150709\\_bolivia-movimenti-popolari.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/july/documents/papa-francesco_20150709_bolivia-movimenti-popolari.html).

FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

GASDA, E. *Economia e bem comum*. O Cristianismo e uma ética da empresa no Capitalismo. São Paulo: Paulus, 2016.

GASDA, E. Essa economia mata (EG, 53). Crítica teológica do capitalismo inviável: *Perspectiva Teológica*, vol. 49, n. 3, 2017, pg. 573-578.

LAVAL, C., DARDOT, P. *Comum. Ensaio sobre a revolução do século XXI*. Barcelona: Gedisa, 2014.

MORIN, F. *L'hydre mondiale: L'oligopole bancaire*. Quebec: Lux Editeur, 2015.

OSTROM, E. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Reissue, 2015.

OXFAM. <https://www.oxfam.org.br/bem-publico-ou-riqueza-privada> relatório 2019.

OXFAM. [https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio\\_desigualdade\\_2018\\_pais\\_estagnado\\_digital.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf).

POLANYI, K. *A Grande Transformação - as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980 (2ª ed. 2000).

TIROLE, J. *Économie du bien commun*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 2016.